

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Início 9:41

a)- VOTO DE PESAR PELA TRAGÉDIA QUE ASSOLOU A ILHA DA MADEIRA.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA propôs que ficasse registado um voto de pesar pelas vítimas da tragédia que assolou a Ilha da Madeira. Gostaria também de se regozijar pelo pronto-socorro que as autoridades nacionais disponibilizaram, designadamente o Governo e o Senhor Presidente da República e transmitir ao Presidente do Governo Regional da Madeira toda a disponibilidade da Câmara Municipal de Cascais para, dentro das suas limitações, também poder contribuir para atenuar o sofrimento daquela população assolada pela intempérie e apoiar a reconstrução das zonas sinistradas.

O SR. VEREADOR ALÍPIO MAGALHÃES disse que o Partido Socialista não pode deixar de estar mais de acordo com o voto de pesar que o Senhor Presidente apresentou. Trata-se de facto de uma catástrofe de proporções excepcionais e é importante que neste momento de dificuldade o povo da Madeira sinta que não está isolado e que tem o apoio de todo o povo português e nesse sentido, o povo de Cascais, com as suas limitações e a Câmara com a disponibilidade que for possível, deverá prestar todo o apoio necessário do ponto de vista material para além de manifestar todo o pesar e condolências às famílias das vítimas.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA disse que em nome da CDU se associava às palavras do Senhor Presidente e manifestava toda a disponibilidade na ajuda que for considerada necessária neste momento de grande perda para a população da Madeira.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA disse associar-se à moção apresentada pelo Senhor Presidente e manifestava a sua solidariedade ao povo madeirense, até porque viveu num período da sua infância lá e conhece bem aquela terra.

b)- INAUGURAÇÃO DO NOVO HOSPITAL DE CASCAIS.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA informou que amanhã, às 11 horas, terá lugar a inauguração do novo Hospital de Cascais, e que contará com a presença do Sr. Primeiro Ministro e gostaria de referir dois aspectos. O primeiro tem a ver com a Protecção Civil e tenciona remeter ofício ainda hoje à Autoridade Nacional de Protecção Civil, manifestando o seu completo desagrado pela forma como esta autarquia tem sido tratada relativamente ao processo do novo Hospital de Cascais em que, apesar das contínuas e constantes insistências por parte das estruturas locais de

Protecção Civil -Serviço Municipal e corpos de bombeiros do Concelho- em visitar-as instalações e conhecer o Plano de Segurança da nova estrutura hospitalar, sempre se tem deparado ou com silêncios ou adiamentos por parte da HPP e da ANPC, evidenciando um desinteresse e uma marginalização que não pode de forma alguma aceitar. A inauguração desta unidade hospitalar constitui um marco histórico para Cascais, vindo colmatar carências sentidas pela população do Concelho. No entanto não entende que apesar de chamadas de atenção por si proferidas atempadamente em ordem ao distanciamento que as estruturas locais de Protecção Civil foram votadas, tenha a ANPC continuado a primar pela ausência de contacto e colaboração em relação aos serviços que em situação de emergência constituem a primeira e imediata resposta a dar. Nesse sentido, manifesta o seu lamento e repúdio por essa forma de actuação que em nada enaltece os Serviços Nacionais de Protecção Civil e cujas consequências se podem repercutir nas populações de Cascais e nas dos outros concelhos utilizadores deste novo Hospital. Naturalmente que durante a cerimónia de inauguração não se irá referir a esta situação, mas não deixará de remeter de seguida este ofício. Mais, há cerca de quinze dias pessoalmente, na presença, de resto, do Senhor Vereador responsável pela Protecção Civil, e por ocasião do aniversário dos Bombeiros de Carcavelos, testemunhou ao Senhor Governador Civil de Lisboa estas preocupações, no que obteve uma reacção de perplexidade e de promessa de apoio e de esclarecimento sobre esta matéria e portanto está particularmente à vontade para remeter este ofício dizendo que esta situação, de resto, não é inédita, acontece em muitas outras situações relacionadas com a Protecção Civil, ou seja, votar ao ostracismo as estruturas municipais. O segundo ponto que gostaria de falar sobre o Hospital diz respeito a uma carta aberta que dirigiu à Comissão Concelhia de Cascais do Partido Comunista Português no passado Sábado e do seguinte teor: " Recebi ontem (sexta-feira) às 19h 07 minutos, um ofício, por fax, oriundo da Comissão Concelhia de Cascais do PCP anunciando a realização de *"uma acção de protesto no próximo dia 23 de Fevereiro, a partir das 10h30 junto à entrada principal do novo Hospital de Cascais"*. Essa acção inicia-se meia hora antes da inauguração do novo Hospital de Cascais Dr. José de Almeida. Não pretendo minimamente contestar o direito de manifestação, mas permito-me discordar, no plano ético e político, da forma tardia e ambígua de que se reveste aquela comunicação. De facto, estando o PCP representado no executivo municipal, através da CDU, e tendo em conta o correcto relacionamento bilateral que tem caracterizado a nossa acção política - sem prejuízo das diferenças de pontos de vista que ocorrem - julgava-me com o direito de ser informado pessoalmente, de forma mais clara e com maior antecedência. Principalmente estranho que não se dignem informar sobre as razões do protesto. Na

realidade, protestam contra o quê? Confesso que até hoje desconhecia qualquer motivo fundamentado pelo PCP que possa justificar tal iniciativa. Lamento profundamente que a inauguração de um equipamento que traduz finalmente uma resposta à mais importante carência do concelho de Cascais e que me atrevo a classificar como a mais importante conquista dos cascalenses nas últimas décadas, possa ser aproveitada para uma iniciativa que me permito classificar de extemporânea e despropositada. Certamente que, a manter-se a acção de protesto, o que o PCP vai certamente conseguir é um forte e generalizado repúdio de todos os cascalenses perante tal iniciativa, independentemente das suas convicções político-partidárias, já que certamente consideram que o dia 23 de Fevereiro e a inauguração do novo Hospital de Cascais Dr. José de Almeida, representa um marco histórico para Cascais e um contributo decisivo para uma decisiva melhoria da qualidade dos cuidados de saúde no nosso concelho. Espero sinceramente que o PCP possa reconsiderar.”.

A SR.ª VEREADORA LEONOR COUTINHO tomou a palavra para se regozijar, em nome do Partido Socialista, pelo cumprimento dos prazos da abertura do novo Hospital de Cascais. No seu entender tratou-se de um processo de algum modo exemplar, porque infelizmente em Portugal as pessoas estão habituadas a atrasos e registava o facto do Hospital ter começado já a abrir, de ter a sua inauguração no dia estimado e de ter programado completamente a transição entre os vários serviços. É raro que isto aconteça e nesse sentido pensa que todos se devem regozijar que isto tenha acontecido aqui em Cascais. Em segundo lugar, gostaria de sublinhar a importância que tem para todos os cascalenses a abertura deste equipamento. Como disse o Senhor Presidente, pensa que este equipamento, que é a primeira Parceria Público-Privada completada na área da saúde, foi bem prosseguida e portanto pensa que o Hospital, que teve ocasião de visitar não só durante a campanha eleitoral, como há uns dias atrás, é de facto uma unidade de saúde muito bem apetrechada, a nível da organização pensa que também se tentou ter a melhor organização possível e pensa que para os cascalenses -e para as pessoas de Sintra também, visto que a área de influência do Hospital se prolonga até esse concelho a nível dos cuidados materno-infantis- é um melhoramento muito grande nos serviços que eram prestados até agora. Do ponto de vista médico, gostaria de também olhar um pouco para o futuro e pensa que há ainda carências a nível de cuidados continuados e apesar de o Governo ter aberto oito mil vagas há cerca de um ano, menos de quatro mil foram preenchidas até agora e daí a oportunidade de se completar este Hospital com hospitais de retaguarda ou hospitais de cuidados continuados. Nesse sentido, teve ocasião de verificar que o Hospital de Sant’Ana se está a preparar para ter uma iniciativa neste domínio. Pensa que a Câmara de Cascais deveria dar todo o apoio

nesse sentido, uma vez que é uma grande necessidade. Mas gostaria de propor também algo de muito concreto, que tem que ver com a utilização para cuidados continuados das infra-estruturas que actualmente são deixadas livres, em particular as instalações do ex-Hospital Ortopédico José d'Almeida, que vão ficar disponíveis. A Câmara até já votou algumas limitações a nível patrimonial, o que pode facilitar que lá possa ser instalado um centro de cuidados continuados. Mas as coisas muitas vezes funcionam por um certo jogo de influências, ou seja por as pessoas falarem, arranjam parceiros, porque isto implica uma parceria entre o governo e particulares, ou entre entidades que entendam assumir esse papel. Portanto, para que Cascais possa beneficiar ao máximo deste equipamento, a complementaridade com os cuidados continuados é indispensável e a esse nível há ainda uma carência de cerca de 300 camas, apesar da abertura ainda há poucos meses do equipamento gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Cascais em Alcoitão e por isso solicitava -e disponibiliza-se também para fazer todas as démarches necessárias- que de algum modo se procure aproveitar estes dois equipamentos que vão ser libertados com iniciativas de cuidados continuados. Em terceiro lugar, gostaria de dizer e conforme teve oportunidade de referir logo na primeira reunião pública de Câmara, que os transportes públicos de serviço ao Hospital lhe parecem ser escassos e espera e tem a certeza que a Câmara -e também se disponibiliza pessoalmente para isso- vai acompanhar não só o serviço quer a nível de carreiras, quer a nível também de horários, uma vez que eles e conforme assinalou há cerca de um mês em anterior reunião de Câmara, não correspondem muitas vezes às necessidades dos próprios funcionários do Hospital e por isso parece-lhe importante que a Câmara acompanhe, junto da Scotturb, a oferta de transportes públicos, uma vez que ela é vital para os trabalhadores e também para os utentes do Hospital. Por outro lado há a situação do estacionamento que será pago e espera que a Câmara acompanhe também devidamente esta questão porque de facto parece ser indispensável haver uma bolsa de tempo de estacionamento não pago, para aqueles que vão levar doentes de urgência por exemplo, até para que não fique tudo atulhado à volta com estacionamento, prejudicando as vias de circulação. Daí lhe parecer ser necessário -e já falou aliás com a administração do Hospital- que seja negociado com a empresa detentora do parque de estacionamento para que haja, pelo menos, meia hora de estacionamento não pago, no início, para garantir a fluidez do trânsito.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA lembrou que a CDU nos últimos anos tem criticado a política de saúde que vem sendo prosseguida no País. No caso particular deste Hospital, a CDU sempre se manifestou contra o facto da sua gestão ter sido entregue a privados. Verifica-se que há falta de médicos de família. Verifica-

se que Carcavelos não tem um centro de saúde. As urgências, de acordo com o que tem saído na comunicação social, não vão entrar no dia 23 em funcionamento. Não há a informação aos utentes sobre a forma como se vai processar a transferência dos serviços. Vai-se abandonar as instalações de Carcavelos do Hospital José d'Almeida e do antigo Hospital de Cascais, quando elas deveriam continuar ligadas à saúde. Enfim, é todo um conjunto de situações que levam a que a CDU no dia da inauguração vá fazer este protesto. A Câmara Municipal de Cascais tem feito um esforço enorme, quer com a construção dos três centros de saúde, quer com a disponibilização dos terrenos para a construção deste Hospital e a construção dos respectivos acessos, e é de facto um marco histórico para Cascais como o Senhor Presidente disse, mas no entanto a política de saúde que vem sendo prosseguida pelo Governo é inaceitável e é contra isso que a CDU se manifesta.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO considerou que não o preocupa tanto se alguém ganha dinheiro na saúde, ou se alguém pode auferir lucros por tratar as pessoas e não o preocupa tanto se a solução é pública ou se é privada. Preocupa-o mais se as pessoas são bem tratadas e isso, de facto, é o que se consegue com esta solução de uma parceria público-privada. Consegue-se que as pessoas sejam bem tratadas, sem gastos desnecessários para o Estado e acha que isso é que deve ser a preocupação de todos e isso é que foi a solução conseguida com esta parceria público-privada do novo Hospital de Cascais. Sobre as palavras do Sr. Vereador da CDU quanto à política do Governo em matéria de Saúde, também não concorda com a política do Governo nessa matéria, quando ele encerra serviços. Mas quando são abertos novos equipamentos de serviços de saúde, pensa que todos devem ficar satisfeitos com essa situação e, nessa parte, não pode de todo estar em desacordo com a política do Governo. Nesse sentido, julga ser absolutamente despropositada uma manifestação quando é inaugurado um equipamento de saúde que Cascais esperava há tantas décadas e pelo qual tanto lutou para que fosse efectivamente construído e que envolveu todas as forças políticas ao longo de tantos anos para que Cascais conseguisse vir a ter este novo e excelente equipamento de saúde. De resto obviamente a manifestação é livre e vive-se num regime democrático e as pessoas podem manifestar-se, independentemente de não lhe parecer apropriada a ocasião. Mas fazia apenas um apelo ao Senhor Presidente para terem em consideração as condições de segurança da própria manifestação, uma vez que a Av.^a Novais Gonçalves é praticamente uma via rápida e presume-se que não será certamente dentro do perímetro do Hospital que ela terá lugar e por isso importa assegurar que a manifestação ocorra de forma livre e sem criar qualquer acidente.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA disse lamentar profundamente esta intervenção do Sr. Vereador João Sande e Castro porque os militantes da CDU são pessoas ordeiras e quando se fala em situações de segurança, parece que as pessoas vão para lá aos tiros. A CDU e os militantes do Partido Comunista Português defendem determinadas políticas para o País, não são contra a abertura do Hospital e de resto votaram favoravelmente a sua construção e apoiaram nas reuniões de Câmara todas as propostas apresentadas a favor da sua construção. Agora discordam do tipo de gestão que foi escolhida e da política de saúde que o Governo do PS vem seguindo para o País e por isso é que vão manifestar-se, porque faltam médicos de família que garantam a assistência a 30 000 utentes e esta situação depois acarreta um maior esforço do Hospital e é contra isso que a CDU e o PCP querem chamar a atenção e este é o momento próprio, até porque vão lá estar diversas entidades com responsabilidades nesta matéria e é bom que conheçam esta situação.

O SR. VEREADOR JOÃO SANDE E CASTRO esclareceu que a sua intervenção foi no sentido de alertar para a questão da segurança rodoviária e nunca lhe passou pela ideia que os manifestantes da CDU iam causar distúrbios.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que amanhã será com bastante emoção que terá o privilégio de assistir à inauguração do novo Hospital de Cascais. Trata-se de uma aspiração enorme e de há muitos anos da população de Cascais, muito especialmente pelas condições em que o actual Hospital vinha funcionando. Todos têm memórias e a sua experiência pessoal sobre o funcionamento daquele Hospital, mas o que gostaria de salientar é que, independentemente das críticas que todos possam ter sobre o seu funcionamento, todo o pessoal que ali trabalhou ao longo destes anos sempre demonstrou um grande profissionalismo e humanismo no relacionamento com os doentes. Infelizmente as condições de trabalho eram muito más e daí a opinião muito negativa que as pessoas tinham daquele hospital daí também a grande alegria e grande emoção que amanhã terá ao ver finalmente aberto ao público o novo Hospital de Cascais e isso para si é motivo para que qualquer outra situação que porventura possa concordar ou discordar, de ter a perspectiva de que ainda podia ser melhor, ou de ter uma outra análise qualquer que, ao fim e ao cabo, não seja positiva, para considerar que isso é tudo tão secundário, tão marginal, tão escusado, que de facto amanhã é um dia de grande alegria para Cascais, um dia de festa para Cascais, pela possibilidade de se ter este novo equipamento, ainda para mais numa altura em que o País vive uma profunda crise, em de que muitas das vezes as pessoas já duvidam de tudo e de todos, ter a possibilidade de assistir e de estar presente na inauguração de um equipamento com aquelas características, leva

a que as pessoas devam ser positivas, tenham de acreditar no País e neste caso acreditar no Concelho de Cascais porque aquele equipamento também é importante para o desenvolvimento económico, para além, obviamente, dos aspectos sociais, ou seja para a capacidade competitiva do Concelho e para a capacidade deste se desenvolver em termos de curto, médio e longo prazo. Por isso, tudo o que amanhã seja feito, e sem colocar em causa a liberdade de expressão ou de manifestação naturalmente, é tão pequenino que a grandeza da possibilidade de ter aquele equipamento vai deixar em todos uma grande alegria e não serão coisas pequeninas que farão diminuir essa alegria.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse corroborar a afirmação que se está perante um processo que se desenvolveu de forma exemplar, já que a abertura se vai verificar dentro dos prazos. Mas gostaria de esclarecer que não é bem assim! O que acontece é que, desde o momento em que a iniciativa privada -o consórcio HPP- subscreveu com o Governo um acordo, de facto as coisas entraram dentro da normalidade e em dois anos e pouco o hospital foi construído. Mas, até lá, demorou-se sete anos. Isto começou com a nomeação de uma equipa de missão composta por quinze membros em 2001. Demorar esse tempo todo para projectar e conceber o contrato de concessão não lhe parece que seja de elogiar muito. Mas isso também foi derivado da burocracia infernal que impera no País e nas instituições do Estado e que depois fazem emperrar tudo. Naturalmente que houve também algumas vicissitudes pelo meio a propósito da escolha dos terrenos e do célebre plano de pormenor de Tires, etc., mas a verdade é que isto só entrou em velocidade de cruzeiro e foi cumprido o prazo, quando os privados entraram no processo e não admira porque só a partir de agora é que os privados, de acordo com o contrato de concessão, começam a debitar ao Estado a sua prestação de serviços. Quanto às carências em matérias acessórias ao Hospital, mas que não deixam de ser importantes, em relação aos Centros de Saúde não ia abundar nesse sentido, estranha que o Partido Comunista invoque a questão dos Centros de Saúde depois de terem entrado em funcionamento três novas extensões, existindo, é certo, ainda um problema em Carcavelos que tarda em ser resolvido pelo Ministério da Saúde, mas já existem pistas para o resolver. Reconhece que há um problema grave e fará referência a isso no seu discurso de amanhã, com a cobertura da população com médicos de família, mas mais uma vez não tem a ver com a inauguração do Hospital, mas sim com a política de saúde. Agora chamava a atenção para o problema dos cuidados continuados, e desse modo respondia à Sr.^a Vereadora Leonor Coutinho, em que a opção do Governo foi o de não aproveitar as instalações sobrantes do Centro Hospitalar de Cascais para este efeito e sim estabelecer contratos com instituições particulares de solidariedade social, no sentido

de em pequenas unidades alojar as pessoas para estes cuidados continuados. O Hospital de Sant'Ana não se está a preparar para cuidados continuados. Ele já está pronto para entrar em funcionamento com 40 ou 50 camas numa ala preparada e muito moderna para esse efeito. Só que a entidade do Ministério da Saúde que fiscaliza os equipamentos, após visita ao local, entendeu que os corredores não tinham a largura adequada e é isso que tem estado a atrasar a entrada em funcionamento dessas 50 camas. Por outro lado, o acordo feito com a Santa Casa da Misericórdia de Cascais está em perigo, pelo simples facto de que a Câmara de Cascais subsidia fortemente o funcionamento do Lar de Alcoitão, evidentemente para facilitar que municípios Concelho possam utilizar aquelas instalações. Mas entretanto a Misericórdia, com a concordância da Câmara, celebrou um acordo com o Estado para um conjunto não despidendo de camas para cuidados continuados e o que se constata agora é que está em risco e muito provavelmente nos próximos dias a Santa Casa da Misericórdia vai acabar com o acordo porque, em primeiro lugar, o Estado não lhe paga desde que aquilo abriu e, em segundo lugar, constata-se que doentes oriundos de Cascais é raro irem para lá e isto sucede porque a gestão não está entregue às autoridades de saúde do Concelho de Cascais. Mas o que é importante é as pessoas consciencializarem-se que o governo do País optou por uma política de cuidados continuados que não tem a ver com a utilização das infra-estruturas existentes e pessoalmente já lhes sugeriu com várias insistências que designadamente o Hospital Dr. José de Almeida pudesse servir para o efeito e eventualmente até o antigo Hospital de Cascais pela sua excelente localização e a resposta que tem obtido do Ministério da Saúde é que não é essa a política deles. Outro ponto que gostaria de esclarecer a propósito dos transportes -e continua a aguardar que a Sr.^a Vereadora Leonor Coutinho remeta por escrito, como foi sugerido, as sugestões que possa ter resultantes, de resto, da sua larga experiência e competência no domínio dos transportes e que antecipadamente agradece- a sua convicção é que se chegou a uma plataforma razoável em termos de organização dos transportes entre todo o Concelho e o novo Hospital. É muito natural que, a partir de agora, surjam carências, surjam dificuldades, surjam alterações que a própria experiência do dia-a-dia venham a demonstrar serem necessárias. Agora não se pode é esperar outra reacção dos munícipes que não seja uma certa tendência de todos quererem transporte de porta a porta mas isso não vai ser possível. Quanto ao estacionamento pago, nenhum estabelecimento de saúde público na Área Metropolitana de Lisboa tem estacionamento gratuito. Ou seja, ou não tem estacionamento, ou tem estacionamento pago. A excepção é o Hospital Amadora-Sintra, que também é um contrato de concessão, mas aí o Estado previu o

estacionamento gratuito, mas em Cascais previu o estacionamento pago. Portanto quando os privados subscrevem com o Estado um contrato que prevê um estacionamento pago, não se pense agora que, sem qualquer contrapartida, os HPP vão autorizar meia hora de estacionamento gratuito. A não ser que o Estado os compense desse ónus. Pessoalmente até está de acordo com a ideia da existência de meia hora ou mesmo uma hora gratuita, ou pelo menos a uma taxa reduzida e está pronto a aceitar essa situação se for essa a vontade dos HPP e do Governo. Mas para isso é preciso que quem negocia estas coisas tenha isso em consideração porque depois é mais complexo resolver essas situações.

c)- TAGUSPARK.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA lembrou que surgiram notícias na comunicação social relacionadas com o apoio nas vésperas das últimas eleições legislativas, por parte da Taguspark, da qual o Município de Cascais é accionista com uma quota que ronda 1% no capital social da empresa, a um conhecido futebolista, o qual é motivo da admiração de todos os portugueses. Aquilo que gostaria de saber, através do Sr. Vereador Miguel Pinto Luz e que representa o Município de Cascais na Assembleia Geral da empresa, é se alguma vez esta adjudicação ao futebolista Luís Figo foi tratada em assembleia geral da empresa. Caso o Senhor Vereador não tenha sido informado, como será natural visto que o próprio Presidente da Taguspark já veio também dizer que desconhecia esse contrato, não deixará de remeter um requerimento nesse sentido dirigido ao Conselho de Administração da Taguspark.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA disse que naturalmente todos estão interessados no cabal esclarecimento desta situação e sendo o Município de Cascais accionista da empresa, ainda mais uma razão para os eleitos do Partido Socialista estarem disponíveis para que se faça um requerimento conjunto de modo a que se esclareça tudo e que em sede dos órgãos próprios, nomeadamente por explicações do Conselho de Administração da empresa, seja fornecida toda a informação a este Município sobre esta matéria.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ esclareceu que a Câmara tem uma participação no capital social da empresa que é inferior a 1% e aquilo que pode dizer é que em nenhuma assembleia geral foi referido este contrato. Ainda que a saúde financeira da empresa não seja a melhor, este contrato teria impacto concerteza nas contas da empresa pelo seu valor e salientava o esforço que a actual administração tem feito com vista ao reequilíbrio das contas.

d)- RISCOS POTENCIAIS DE CHEIAS.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA considerou que as chuvadas que continuam a assolar o País vêm trazer à evidência a necessidade ter o máximo cuidado com as questões do urbanismo e da ocupação do território. É que independentemente dos valores da precipitação registados na Madeira terem sido anormais, a verdade é que a falta de cuidado na aprovação de projectos junto às ribeiras e leitos de cheia depois potenciam este tipo de problemas e esta situação quanto mais não seja deve servir de lição para o resto do País. Em Cascais, felizmente, não têm havido problemas muito complicados, houve um caso de aluimento provocado exactamente por má sustentabilidade de terras numa urbanização no Bairro de Stº António no Estoril, algumas ribeiras têm transbordado dos seus leitos, mas felizmente não têm sido casos de grande gravidade e gostaria de deixar expresso o seu agradecimento quer aos bombeiros, quer à EMAC, quer à Polícia Municipal pela prontidão com que têm ocorrido aos focos que têm surgido.

e)- REGULARIZAÇÃO DO TRÂNSITO NA MARGINAL EM FRENTE AO EMPREENDIMENTO “ESTORIL-SOL”.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA registou que finalmente se tenha regularizado a circulação do trânsito na Marginal em Cascais, na zona do túnel de acesso ao Paredão.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que a resolução deste assunto se deveu também ao forte empenhamento da Direcção Municipal de Obras, tentando antecipar o mais possível essa abertura. Mas de qualquer dos modos não gostaria de deixar falsas expectativas, porque vão haver ainda alguns trabalhos pontuais que se irão prolongar até finais de Junho, mas estão a ser envidados todos os esforços para antecipá-lo para Maio e que envolve o reperfilamento da própria Estrada Marginal. Mas o que lhe parece importante é evitar que se entre na época balnear sem toda aquela zona estar estabilizada e muito especialmente aquilo que pensa que é uma grande mais-valia para a época balnear que é o estacionamento com a oferta dos lugares que lá vão estar disponíveis.

f)- AUMENTO DAS RENDAS DE HABITAÇÃO SOCIAL.

O SR. VEREADOR PEDRO LOPES MENDONÇA informou que a CDU tem recebido algumas queixas pelo aumento das rendas das casas sociais e derivado do aumento do ordenado mínimo nacional. Ora se para as casas do regime geral não vai haver aumentos, não se compreende que no caso das casas do regime social se registem aumentos.

g)- APRESENTAÇÃO DO SIGWEB 2.0.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA elogiou a apresentação que foi feita do SIGWEB 2.0 e esta implementação de meios que de facto aproxima os munícipes da informação. Uma ausência no estrangeiro impediu-o de estar presente na apresentação, mas sabe que vai haver uma acção de formação e não deixará de aproveitar para poder tirar todo o partido desta ferramenta e pelo que já pode constatar, trata-se de uma ferramenta extremamente interessante.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ agradeceu as palavras do Sr. Vereador Alexandre Faria, bem como a presença dos Srs. Vereadores que estiveram na apresentação. De facto é um passo em frente no esforço que vem sendo feito nestes últimos quatro anos, conducente a transmitir aos processos uma maior transparência, e ao mesmo tempo dar uma maior divulgação da informação disponível, de dar acesso aos processos de decisão, uma forte interligação com a área do urbanismo e aproveitava para fazer uma homenagem à equipa da Divisão do Sistema de Informação Geográfica e ao respectivo chefe o Dr. Carlos Moreira.

h)- CONTRATO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA solicitou que lhe fosse cedida fotocópia do contrato de cedência da nomeação do Sr. Arqtº João Tiago Gonçalves para Presidente do Concelho de Administração da ESUC, uma vez que a Câmara aprovou na reunião de Câmara de 11 de Janeiro último essa nomeação e na altura ficou de se fazer essa fundamentação legal.

i)- PAGAMENTO DE ENCARGOS COM O PESSOAL.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA referiu que estará ainda pendente o pagamento de importâncias a funcionários que prestam serviço no apoio aos órgãos municipais do ano de 2009, referente a horas extraordinárias e que terá a ver com uma interpretação legal sobre o seu pagamento. Recordar-se que quando esteve na Assembleia Municipal o problema já se havia colocado e na altura, e até derivado a um parecer que teve o prazer de elaborar e que depois foi aprovado por unanimidade no plenário da Assembleia Municipal, a situação foi ultrapassada, até porque de facto a legislação permite que essa situação se resolva, sobretudo nos chamados "lugares de confiança política" e gostaria de manifestar a sua disponibilidade para a resolução desta questão se for necessário.

J)- ENCERRAMENTO DA ESTAÇÃO DOS CTT DO ESTORIL.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA registou com agrado que o Senhor Presidente tenha a atenção de ir dando conhecimento da troca de correspondência que vai tendo com várias entidades da Administração Central e que, por exemplo, permitiu ter tido conhecimento do ofício que remeteu ao Sr. Secretário de Estado Dr. Paulo Campos sobre o eventual encerramento da Estação dos CTT no Monte Estoril e entendeu-a como um repto no sentido em que todos possam recolher informação que permita resolver essas situações e foi isso que neste caso fez e, nesse sentido, encetou alguns contactos e aquilo que conseguiu apurar foi que, apesar desta Estação de Correios do Monte Estoril ter uma baixa procura -que é uma situação que, de resto, afecta todas as estações de Correios, já que há uma redução de actividade em toda a rede- parece que não foi ponderado o encerramento desta loja do Monte Estoril. O Concelho de Cascais tem onze lojas e mais uma estação móvel e apesar de a Estação do Monte Estoril atender uma população média de 134 pessoas/dia, que é uma baixa performance, considerada pela própria administração dos CTT, e é a mais baixa do Concelho. Cascais, por exemplo, tem uma média de 513 clientes por dia, no entanto e segundo conseguiu apurar, não existe a intenção de encerrar aquela loja. De resto, trata-se de um imóvel que é património dos CTT de modo que nem sequer se coloca a questão de serem instalações arrendadas e desse modo ser mais um encargo. O que existe sim é de facto uma concentração elevada de lojas na periferia desta, como é o caso da loja do Estoril e de S. Pedro do Estoril e que todas elas estão a decrescer no negócio o que é de facto preocupante, mas que é um assunto que é alheio à população e esta continuará a ser servida e o Senhor Presidente poderá contar com o empenho do Partido Socialista no sentido que se mantenha a disponibilização destes serviços aos munícipes.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA disse ficar muito agradecido por todas as diligências que todos os Senhores Vereadores possam desenvolver junto do Governo, mas entende que, no mínimo, seria exigível que o Sr. Secretário de Estado a quem dirigiu a correspondência fizesse o favor de responder à sua carta. Portanto, sem prejuízo dessas diligências, que serão certamente muito úteis, não deixava de registar que, no caso em apreço, essa resposta não lhe tenha sido ainda dada.

O SR. VEREADOR ALEXANDRE FARIA esclareceu que não falou com o Sr. Secretário de Estado sobre esta matéria, e acredita que ele, como lhe compete, irá responder ao Senhor Presidente da Câmara. Também pode esclarecer que a informação que obteve não foi do Sr. Presidente do Conselho de Administração dos CTT. Tratou-se apenas de um esforço meramente pessoal e com a preocupação de tentar saber o que é que se estava a passar com isto.

k)- VENDA AMBULANTE NA BOCA DO INFERNO.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ informou que o Senhor Presidente já teve oportunidade de validar a solução proposta para as obras mais urgentes a fazer naquele espaço e nesse sentido mantêm-se os prazos com que se comprometeu na última reunião de Câmara.

l)- PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS E PROGRAMA JOVENS ACTIVOS - PAGAMENTO DE BOLSAS.

O SR. VEREADOR MIGUEL PINTO LUZ lembrou que na última reunião de Câmara o Sr. Vereador Alípio Magalhães levantou a questão da diferença de valores das bolsas em que umas são de 320,00 Euro e outras 400,00 Euro, e gostaria de esclarecer que isso se deve à diferença do horário que o jovem cumpre. Isto é, há bolsas de 20 horas semanais e há bolsas de 25 horas e daí esta diferença no valor da bolsa.

O Período de Antes da Ordem do Dia terminou às 10:34

- PONTOS PRÉVIOS:

A)- ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO PAREDÃO, NO VALOR DE € 10.000,00.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA apresentou a proposta em epígrafe, que foi admitida a discussão, nos termos do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

3. DESPACHOS, NOTAS DE SERVIÇO E ORDENS DE SERVIÇO:

3.1. DESPACHOS.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

3.2. NOTAS DE SERVIÇO.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

4. GESTÃO FINANCEIRA:

4.1. PLANO E ORÇAMENTO:

4.1.1. TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A EMPRESA EMAC, EM, SA NA PROPORÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL 2008.

*Aprovado em 4 alterações, sendo 3 do
Ses. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador de CDU.*

4.2. GESTÃO PATRIMONIAL:

4.2.1. AQUISIÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 65M2 SITUADA EM MANIQUE- FREGUESIA DE ALCABIDECHE A CIDÁLIA MARIA DOS SANTOS, DESTINADA A ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

4.2.2. CEDÊNCIA GRATUITA AO MUNICÍPIO DE CASCAIS DE 1 PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3,82M2 SITUADA EM MURCHES, ALCABIDECHE POR " ZEBRA100 RISCAS- CONSTRUÇÃO CIVIL, UNIPESSOAL LDA.", DESTINADA A ARRUAMENTOS.

Aprovado por unanimidade.

5. URBANISMO:

5.1. PROCESSO Nº: SPO-1147/2009 - NOME: SOCIEDADE GESTÃO IMÓVEIS JOÃO BERNARDINO GOMES, S.A - LOCAL: ABÓBODA - S. DOMINGOS DE RANA - ASSUNTO: ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO - ALVARÁ Nº 1038.

Retirado

5.2. PROCESSO Nº: SPO-346/2009 - NOME: SOCIEDADE GESTÃO IMÓVEIS JOÃO BERNARDINO GOMES, S.A. - LOCAL: ABÓBODA - S. DOMINGOS DE RANA - ASSUNTO: ALTERAÇÃO À LICENÇA DE LOTEAMENTO - ALVARÁ Nº 752.

Retirado

5.3. PROCESSO Nº: SPO-1972/2009 (REQTº10542/2009) - NOME: VASCO MANUEL ALMEIDA OLIVEIRA - LOCAL: RUA QUINTA DA LOBITA – LOTE 2 – FREGUESIA DE CARCAVELOS - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 524 – LOTE 2.

Aprovado por unanimidade.

5.4. PROCESSO Nº: SPO - 2023/2008(REQTº8691/2009) - NOME: FILIPA SIMÕES COSTA VASCONCELOS GUIMARÃES - LOCAL: TALAÍDE - FREGUESIA DE S. DOMINGOS DE RANA - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 71 - LOTE 40.

Aprovado por unanimidade.

5.5. PROCESSO Nº: SPO - 1676/2009 (REQTº11069/2009) - NOME: FRANCISCO JOSÉ DA CONCEIÇÃO CLARO E OUTROS - LOCAL: RUA CIDADE DE TOMAR - FREGUESIA DA PAREDE - ASSUNTO: ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 785-- LOTE 4 E LOTE 25.

Aprovado por unanimidade.

6. ACTIVIDADES ECONÓMICAS:

6.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE PESCA DE CASCAIS PARA MANUTENÇÃO DA GRUA - € 10.000,00.

Aprovado por unanimidade.

7. OBRAS MUNICIPAIS:

7.1. CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A ESUC - EMPRESA DE SERVIÇOS URBANOS DE CASCAIS, E.M. PARA ELABORAÇÃO DE PROJECTO DE REESTRUTURAÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS DA QUINTA DA ALAGOA, CARCAVELOS.

Aprovado por unanimidade.

8. REQUALIFICAÇÃO URBANA:

8.1. APROVAÇÃO DO PROCESSO N.º 15.908/2005, PROCESSO DE LOTEAMENTO EM NOME ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DO BAIRRO DA TERRA DO MOLEDO GRANDE, NO PENEDO, FREGUESIA DE SÃO DOMINGOS DE RANA.

Aprovado por unanimidade.

8.2. PLANO DE PORMENOR DE REESTRUTURAÇÃO URBANÍSTICA E VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL DA ÁREA ENVOLVENTE À VILLA ROMANA DE FREIRIA – VERSÃO FINAL DO PLANO.

Aprovado por unanimidade.

9. JUVENTUDE:

9.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA O FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA DNA CASCAIS.

Aprovado por maioria com 1 voto contra do Sr. Vereador da CDU e 3 abstenções do Sr. Vereador do PS.

O Sr. vice-Presidente e o Sr. Vereador Miguel Pinto Lyra participaram no voto do ponto.

9.2. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE CONTAS E DE ACTIVIDADES DE 2009 E PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2010 DA AGÊNCIA DNA CASCAIS.

Aprovado com 4 abstenções sendo 3 do Sr. Vereador do PS e 1 do Sr. Vereador da CDU.

O Sr. vice-Presidente e o Sr. Vereador Miguel Pinto Lyra não participaram no voto do ponto.

9.3. CASCAIS LASER MATCH RACE 2009 - ANULAÇÃO DE CABIMENTOS NO VALOR DE € 25.000,00.

Aprovado por unanimidade.

9.4. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

9.4.1. PROJECTO RÁDIO NA ESCOLA - ESCOLA SECUNDÁRIA CIDADELA - PARA VIABILIZAR O ARRANQUE DA RÁDIO NA ESCOLA - € 10.205,00.

Aprovado por unanimidade.

9.4.2. V MARÉ JOVEM DE CASCAIS - ASSOCIAÇÃO DE AVENTURA "PASSA LIMITES" - COMO FORMA DE APOIAR A REALIZAÇÃO DO PROJECTO "BARUNTSE 2010" - € 5.000,00.

Retirado

9.4.3. PROGRAMA DE OCUPAÇÃO DE JOVENS - PROJECTO GERAÇÃO C - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTE - € 2.400,00.

Aprovado por unanimidade.

9.4.4. PROGRAMA JOVENS ACTIVOS 3ª EDIÇÃO - PAGAMENTO DE BOLSAS A PARTICIPANTES - € 2.000,00.

Aprovado por unanimidade.

10. AMBIENTE:

10.1. ADJUDICAÇÃO DA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DE UM ESTABELECIMENTO DE CAFETARIA NO PARQUE DA QUINTA DA ALAGOA.

Aprovado por unanimidade.

10.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA O FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA CASCAIS ATLÂNTICO NO VALOR DE € 250.000,00.

Aprovado por maioria, com 1 voto contrário do Sr. Vereador da CDU e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

O Sr. vice-Presidente e o Sr. Vereador Miguel Pinto não participaram na votação do ponto.

10.3. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA O FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA CASCAIS NATURA NO VALOR DE € 250.000,00.

Aprovado por maioria, com 1 voto contrário do Sr. Vereador da CDU e 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

O Sr. vice-Presidente e o Sr. Vereador Miguel Pinto não participaram na votação do ponto.

10.4. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA O FUNCIONAMENTO DA AGÊNCIA CASCAIS ENERGIA NO VALOR DE € 250.000,00.

Aprovado com 3 abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

O Sr. vice-Presidente não participou na votação do ponto.

10.5. PAGAMENTO À SANEST, SA - PROTOCOLO PARA ERRADICAÇÃO DE DESCARGAS NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DA COSTA DO ESTORIL - € 2.952.414,26.

Aprovado por unanimidade.

11.CULTURA

11.1. PREÇO DE CAPA DO CATÁLOGO DE BILHETES ILUSTRADOS –
COLECÇÃO JOSÉ SANTOS FERNANDES “O TEMPO NUNCA PASSA”.

*Aproudo em 3 assistências do Sus. Jerezes
do B.*

11.2. PROPOSTA DE PARCERIA COM O NOVO HOSPITAL DE CASCAIS –
INICIATIVA “NASCEU UM LEITOR”.

Aproudo por unanimidade.

11.3. SUBSÍDIOS VÁRIOS:

11.3.1. CLUBE NACIONAL DE GINÁSTICA - APOIO AO FESTIVAL DA
PRIMAVERA 2009 - € 600,00.

Aproudo por unanimidade.

11.3.2. CORAL INFANTIL DE CARCAVELOS - APOIO À EDIÇÃO CD
“CANTAR O NATAL” - € 2.000,00.

Aproudo por unanimidade.

11.3.3. CORAL INFANTIL DE CARCAVELOS - APOIO À DESLOCAÇÃO A
POVOAÇÃO - AÇORES - € 470,00.

Aproudo por unanimidade.

11.3.4. UNIÃO RECREATIVA DA CHARNECA - APOIO A FESTEJOS DE SANTOS POPULARES 2009 - € 750,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.5. ORQUESTRA DE CÂMARA DE CASCAIS E OEIRAS - APOIO À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PARA O CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DE CASCAIS - € 31.590,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.6. GRUPO RECREATIVO E FAMILIAR DE MURCHES - APOIO ÀS COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA 2009 - € 750,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.7. SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA - APOIO ÀS COMEMORAÇÕES DO DIA MUNDIAL DA CRIANÇA 2009 - € 750,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.8. GRUPO RECREATIVO LIVRAMENTO ESTORIL CLUBE - APOIO A FESTAS DE SANTO ANTÓNIO 2009 - € 3.500,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.9. SOCIEDADE FAMILIAR E RECREATIVA DA MALVEIRA DA SERRA - APOIO À EDIÇÃO DE CD - € 3.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.10. SOCIEDADE RECREATIVA UNIDOS DO ZAMBUJAL APOIO ÀS FESTAS DE S. PEDRO 2009 - € 750,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.11. SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA - APOIO AO VIII FESTIDANÇA - € 1.500,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.12. GRUPO RECREATIVO E DRAMÁTICO 1.º DE MAIO DE TIRES - APOIO À DESLOCAÇÃO DA BANDA DE ALMOÇAGEME - € 1.100,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.13. ASSOCIAÇÃO BELGAS - APOIO À CRIAÇÃO DE GRUPO CORAL INFANTIL EM CASCAIS - € 80.000,00.

Retirado.

11.3.14. GRUPOS POPULARES - APOIO À ACTIVIDADE REGULAR 2010 -
€ 6.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.15. ORQUESTRAS LIGEIRAS - APOIO À ACTIVIDADE REGULAR 2010
- € 4.000,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.16. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS
DE CASCAIS - APOIO À CEDÊNCIA DO TEATRO GIL VICENTE - € 3.500,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.17. SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO DE JANES E MALVEIRA
- APOIO AO VII ENCONTRO DE TEATRO DE JANES - € 1.200,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.18. APOIO À REALIZAÇÃO DO CONCERTO "MISSA ÉTNICA" PELO
VOX LACI / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO VOX SDR - € 1.100,00.

Aprovado por unanimidade.

11.3.19. APOIO À ACTIVIDADE REGULAR / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A BANDAS DE MÚSICA DO CONCELHO 2010 - € 30.000,00.

Aprovado por unanimidade.

12. EDUCAÇÃO:

12.1. RECTIFICAÇÃO NA CARTA DE PARCERIA DA AGÊNCIA DE CASCAIS DO BANCO DE TEMPO PARA CELEBRAÇÃO DA RESPECTIVA ASSINATURA.

Aprovado por unanimidade.

12.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ESCOLA SECUNDÁRIA DE S. JOÃO DO ESTORIL – CENTRO DE FORMAÇÃO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CASCAIS - € 20.000,00.

Aprovado por unanimidade.

12.3. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – APOIO AO FUNCIONAMENTO PARA OS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DE CASCAIS - € 24.997,26.

Aprovado por unanimidade.

13. DESPORTO:

13.1. ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES ELECTROMECÂNICAS DAS PISCINAS MUNICIPAIS DA ABÓBODA - CONTRATAÇÃO EM REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AJUSTE DIRECTO ATRAVÉS DE PROCESSO SIMPLIFICADO, AO ABRIGO DO ART.º128 DO CCP”.

Retirado.

13.2. ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO 2009/10 – APOIO ÀS ACTIVIDADES DESPORTIVAS REGULARES – PROTOCOLO COM A PROVÍNCIA PORTUGUESA DA SOCIEDADE SALESIANA/ ESCOLA SALESIANA DE MANIQUE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO NO VALOR DE € 10.527,00.

Retirado.

14. DESENVOLVIMENTO SÓCIO-TERRITORIAL:

14.1. COORDENAÇÃO E PLANEAMENTO:

14.1.1. ATRIBUIÇÃO DE 2 FOGOS DE ARRENDAMENTO DO PARQUE HABITACIONAL DO CONCELHO.

Apurado por unanimidade.

14.1.2. PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE FOGO DO AGREGADO FAMILIAR DE REGINA BORGES XAVIER, RESIDENTE NO BAIRRO ENCOSTA DA CARREIRA, RUA DA GUINÉ, Nº 35, DE TIPOLOGIA T2, PARA O FOGO DE TIPOLOGIA T3 SITO NO BAIRRO NOVO DO PINHAL, PRACETA ZEFERINO JIMENEZ MALA, BLOCO 19- 3º DRT.

Apurado por unanimidade.

14.2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL:

14.2.1. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CERCICA PARA COMPARTICIPAÇÃO DA GESTÃO DA VIATURA DE TRANSPORTE ADAPTADO NO ÂMBITO DA EXECUÇÃO DO PROJECTO VELA SEM LIMITES € 9.202,31.

Apurado por unanimidade.

14.2.2. ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO A VÁRIAS INSTITUIÇÕES NO ÂMBITO DOS PROTOCOLOS PARA A CRIAÇÃO OU DE QUALIFICAÇÃO CENTROS DE CONVÍVIO DE PESSOAS IDOSAS € 98.646,00.

Apurado por unanimidade.

15. RELAÇÕES INTERNACIONAIS:

15.1. ADJUDICAÇÃO DO AJUSTE DIRECTO DESIGNADO POR: EMPREITADA PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À CIDADE DE SANTANA, DISTRITO DE CANTAGALO, EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE – 2ª FASE.

Apurado por unanimidade.

16. DIVERSOS:

**16.1. INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EMPRESA MUNICIPAL
ARCASCAIS.**

Aprovado por unanimidade.

16.2. ARCASCAIS – ADITAMENTO AO CONTRATO-PROGRAMA.

Aprovado por unanimidade.

16.3. PROJECTO “FILHOS DE CASCAIS”.

Adiado.

**16.4. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO DE CONTAS E DE ACTIVIDADES DE
2009 E PLANO 2010 DAS AGÊNCIAS CASCAIS ATLÂNTICO, CASCAIS
ENERGIA E CASCAIS NATURA.**

*Aprovado em 4 abstenções, sendo 3 dos Srs.
vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador do CDU.
O Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Miguel
Pinto não participaram no voto do ponto.*

16.5. APROVAÇÃO DOS OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS PARA 2010.

*Aprovado em 4 abstenções, sendo 3 dos
Srs. Vereadores do PS e 1 do Sr. Vereador do CDU.*

16.6. ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA MUNICIPAL FORTALEZA DE CASCAIS, E.E.M.

Adido,

16.7. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM GONÇALO PITA DE MEIRELES PISTACCHINI MOITA.

*Aprovado em 3 abateuças 2º Sus.
Vencedor 2015.*

17. INFORMAÇÕES:

17.1. COMUNICADOS DE IMPRENSA.

A Câmara Municipal tem conhecimento.

17.2. PROJECTO EACH - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.

A Câmara Municipal tem conhecimento.

17.3. PROGRAMA CULTURAL – MARÇO 2010.

A Câmara Municipal tem conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Início 11:04

1- GERALDO GONÇALVES.

Morador na Rua das Beiras, Cabeço de Mouro.

Reside no Bairro de Cabeço de Mouro, bairro de génese ilegal e veio a esta reunião colocar as seguintes questões: Na Rua Mouzinho da Silveira os proprietários dos diferentes lotes abrem de forma aleatória caixas de esgoto para ligação ao ramal, ignorando o ramal pré-existente e construído quando foi feito o arruamento. Desta situação resulta que o pavimento da estrada começa a ser uma "manta de retalhos" sem necessidade visto que, existindo um ramal, os proprietários apenas teriam de fazer a ligação dos seus esgotos directamente a esse ramal. Até há algum tempo atrás responsabilizava-se pela guarda do parque infantil existente no bairro. Entretanto os serviços da Câmara pediram-lhe a chave alegando que o parque ia ser objecto de beneficiações. Acontece que essas beneficiações até agora não tiveram lugar e de então para cá as portas do parque infantil nunca mais abriram, impedindo as crianças da sua utilização.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA disse que o Sr. Geraldo Gonçalves tinha toda a razão nas duas questões que colocou. Quanto ao ramal, lembrava que não é a Câmara que controla essas situações, mas sim as Águas de Cascais. De qualquer modo, de facto não há nenhuma razão plausível para as pessoas danificarem o pavimento para a ligação ao ramal. Presume que isso se deva ao facto de eventualmente não ter sido dado conhecimento aos empreiteiros que trabalham para as Águas de Cascais da pré-existência dos ramais da urbanização ou então estes poderão estar mal assinalados, tornando difícil a sua localização. Em relação ao parque infantil, ele neste momento não cumpre as normas legais de segurança, razão porque se pretende fazer as obras. Mas o que teria sido correcto era quando se encerrou o parque ter iniciado logo as obras, coisa que não sucedeu. O problema da segurança nos parques infantis é generalizado e não é um problema só de Cascais. Mas no nosso caso está a procurar-se resolver esta situação e nesse sentido contactou-se as juntas de freguesia porque legalmente elas também têm responsabilidades na matéria, mas não se chegou a acordo. Vai empenhar-se pessoalmente na resolução deste assunto e pedia desculpas ao moradores por esta situação.

2- TREVODIAMANTE- CONSTRUÇÃO, LD.ª

Não compareceu.

3- ARMANDINHO ARMANDO SÁ.

Morador na Rua Professor Manuel Maria Calvett Magalhães, S. João do Estoril.

Considerou que existe um conjunto de situações no Bairro Social da Galiza que necessitam de ser resolvidas e que se prendem nomeadamente com a necessidade de alojamento de algumas famílias e uma melhor articulação entre os moradores, a Câmara e a Junta de Freguesia, até porque há muitas pessoas que não são de origem portuguesa e têm alguma dificuldade.

A SR.ª VEREADORA MARIANA RIBEIRO FERREIRA disse que sempre esteve disponível, tal como os serviços, para receber os moradores e a sua associação, para procurar resolver alguma situação que se coloque e nesse sentido só têm de, junto do seu gabinete, marcar uma reunião.

4- TERESA LIBERATO.

Moradora na Estrada da Alapraia, S. João do Estoril.

Aquando da construção do campo de futebol da Alapraia, não foram criadas as devidas acessibilidades para as habitações que existem naquela zona. Para além disso, no exterior do campo construíram um espaço verde, cujo perímetro conflitua com 2 portões, levando a que os moradores daquelas habitações tenham de entrar no espaço verde para aceder às suas casas. Solicita que seja analisada esta situação.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA informou que foi promovida uma reunião no local com a reclamante e com o Sr. Arqtº Luís Bacelar e ficou acordado que se irá proceder ao encerramento das zonas pedonais com pilaretes, retirando as barreiras junto ao portão da reclamante. As obras vão começar no início do mês de Março.

5- LUÍS AZEVEDO.


Morador na Rua Almada Negreiros, S. Domingos de Rana.

Solicitou que o informassem quando terão início as obras de drenagem na Rua Almada Negreiros em Tires e com o intuito de impedir as inundações constantes que se verificam naquele lugar e que preocupam os moradores.

O SR. VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA esclareceu que houve necessidade de fazer um projecto para suporte à intervenção necessária para reforço da rede de drenagem pluvial e que neste momento está concluído. Vai ser dotada em orçamento verba que permita lançar essa obra e logo que isso seja conseguido, dar-se-á de imediato início ao processo de contratação da empreitada.

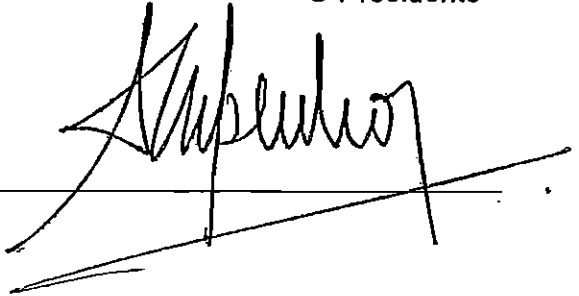
O Período de Intervenção do Público terminou às 11:36

As 13 horas e 12 minutos foi aprovada e assinada esta minuta e encerrada a reunião.

Eu,  a subscrevi.

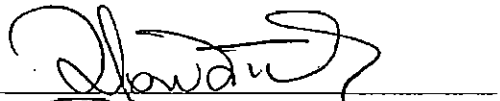
O Presidente

ANTÓNIO D'OREY CAPUCHO

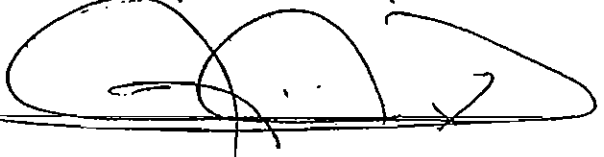


Os Vereadores

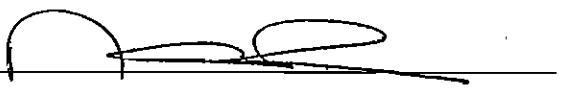
LEONOR COUTINHO PEREIRA DOS SANTOS



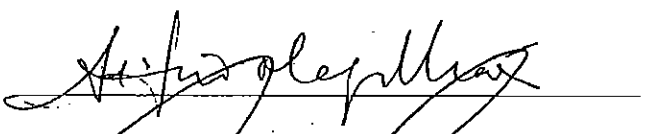
CARLOS MANUEL LAVRADOR DE JESUS CARREIRAS




MARIANA RIBEIRO DOS S.R.F. COSTA CABRAL



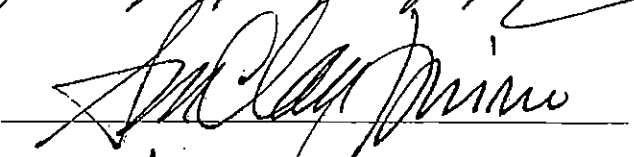
ALÍPIO MARQUES MAGALHÃES FERNANDES



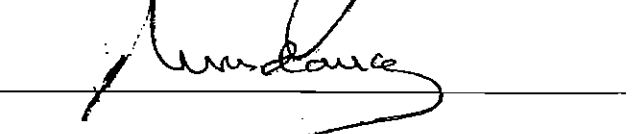
MIGUEL PINTO LUZ



ANA CLARA ROCHA DE SOUSA JUSTINO



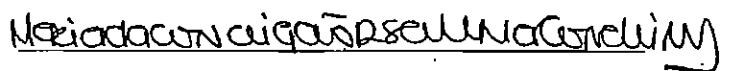
PEDRO ARANTES LOPES DE MENDONÇA



ALEXANDRE NUNO DE AGUIAR FARIA



MARIA DA CONCEIÇÃO R. DE SALEMA CORDEIRO



JOÃO PAES DE SANDE E CASTRO

